

A NORMATIVA DOCENTE DO IFSULDEMINAS: aportes e reflexões

CARVALHO, Renato Magalhães de.

RESUMO

Esta pesquisa analisa as condições do trabalho docente dos professores que atuam no IFSULDEMINAS, *Campus* Machado. O texto ora apresentado é um recorte de pesquisa de doutorado que analisa os documentos que normatizam a profissão docente no IFSULDEMINAS – a Normativa Docente. A pesquisa contou com a colaboração de seis professores da área de informática e de matemática. A documentação é constituída de documentos, transcrições das entrevistas narrativas com os professores e dos encontros do grupo de discussão.

Palavras-chave: condições de trabalho docente; Normativa Docente; Professores nos IFs.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, que é um recorte de um capítulo de tese de doutoramento, fundamenta-se em uma abordagem qualitativa. Foi desenvolvida no Instituto Federal de Educação do Sul de Minas Gerais – *Campus* Machado apresentando como eixo principal o trabalho docente. Foi realizada com seis professores da área de Exatas: Matemática (1 professor) e Informática (5 professores).

A motivação para a sua realização decorre de nossa inserção nesse IF, experiência como docente na instituição e da observação ou vivência das condições de trabalho docente, raramente discutidas ou problematizadas pelo próprio grupo de professores. O grande número de cursos oferecidos pelo *Campus* e a variedade de modalidades e níveis, exigem que os professores sejam profissionais ecléticos, cuja jornada de trabalho inclui: preparar conteúdos e ministrá-los em cursos de níveis, modalidades e horários distintos, além de se dedicar à pesquisa e à extensão. Tal sobrecarga, gera o isolamento do professor. Muitos docentes trabalham de uma forma individualista sem apoio do coletivo, talvez de uma forma automatizada, tendo

as reflexões individuais e em grupo como fatores não habituais, sendo quase inexistentes experiências compartilhadas de trabalho coletivo.

Assim, a presente pesquisa, ao propor como método de investigação a entrevista narrativa e os grupos de discussão poderá possibilitar práticas de reflexões compartilhadas entre os professores. As entrevistas narrativas consistem em uma ferramenta na qual o entrevistador elabora algumas questões pertinentes ao tema pesquisado, para ser perguntadas ao colaborador de uma forma individual e à medida que o tema é abordado pelo perguntado poderá surgir novas questões que serão gravadas e transcritas posteriormente. A partir das entrevistas narrativas, o professor poderá ressignificar e reconstruir sua história pessoal e profissional, tomando consciência de si e de suas condições profissionais, ajudando-o a “escrever” de maneira diferente no futuro, partindo de fatos que foram reelaborados. Tais tomadas de consciência poderão implicar em ressignificações das práticas e das condições docentes. O grupo de discussão, assim como a entrevista narrativa também é elaboradas perguntas previamente, gravado e transcrito, sendo que as diferenças entre as ferramentas, é que, o grupo é composto por vários colaboradores, e existe a discussão e a reflexão entre os pares, no caso de nossa pesquisa. No grupo de discussão os professores poderão compartilhar as experiências individuais e também conhecimentos técnicos científicos que cada professor traz como suas habilidades. Assim, as discussões coletivas poderão produzir outros sentidos para as práticas individuais.

O trabalho visa analisar as condições da prática profissional dos professores que atuam nas disciplinas de informática e matemática. Parte-se da hipótese de que o professor, no exercício de sua atividade profissional, muitas vezes desenvolve uma série de funções sem consciência do quanto representam a intensificação do trabalho docente.

Para esta apresentação optamos por trazer a análise da Normativa Docente, documento que regula as atividades profissionais dos docentes desse Instituto em seus diferentes campi. Dada a complexidade dessa normativa, apresentamos apenas seu histórico, permeando o documento oficial com as vozes dos professores, durante o primeiro grupo de discussão.

MATERIAL E MÉTODOS

Detrata-se de uma pesquisa fundamentada na abordagem qualitativa e norteada pelas seguintes questões: “O que diz o professor do IFSULDEMINAS sobre suas atribuições docentes?”, “Quais as condições de trabalho docente do professor de matemática e de informática do IFSULDEMINAS, Câmpus Machado?” e “Quais as percepções que esses professores têm de sua atividade docente?”. Seus objetivos específicos são: 1) Conhecer a trajetória estudantil e profissional dos professores envolvidos na pesquisa; 2) Analisar os documentos que normatizam a profissão docente no IFSULDEMINAS; e 3) Identificar e analisar as percepções dos professores em relação ao trabalho que desenvolvem. A pesquisa conta com a colaboração de seis professores. Para a documentação da pesquisa foram utilizadas as entrevistas narrativas e dois encontros do grupo de discussão como abordagens metodológicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Interessa-nos nesta pesquisa contextualizar as condições de trabalho docente no Câmpus Machado após a aprovação da regulamentação para as atividades docentes do IFSULDEMINAS, conhecida como Normativa Docente, publicada em 2012.

A Normativa Docente é uma regulamentação das atividades Docentes do Instituto Federal de educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (RESOLUÇÃO Nº 12/2012, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2012).

Os objetivos dessa Normativa Docente foram nosso objeto de reflexão no 1º encontro de grupo de professores. Os professores tiveram um pseudônimo para cada um, sendo que inicio com P1 até P6 consecutivamente.

O professor P1 nos deu o seguinte depoimento sobre as discussões em torno da concepção da normativa:

No nosso caso, a normativa se iniciou porque começamos a ter problemas com a distribuição de aulas e as atividades dos professores no momento em que a escola Agrotécnica começou a ter um aumento no número de cursos e áreas de atuação. O que acontecia? Antes era muito quadrado. Tínhamos bastantes aulas, houve um momento em que alguns docentes foram se aposentando e com isso aumentando a carga horária dos professores atuantes, mas não tinha esse negócio de professor dar aula aqui e ali, cada um dava aula no seu curso. Com aumento do número de cursos e com chegada dos cursos superiores, alguns professores começaram a recusar disciplinas para as quais não estavam preparados e sobrecarregavam outros. E na época era só do setor de informática, não tinha relação com direção de escola. [...] Na realidade o objetivo principal é que se fizesse justiça na distribuição de aulas. Enquanto alguns professores ficavam sobrecarregados, outros tinham poucas aulas. Daí começamos a ter algumas discussões, e o que culminou realmente na normativa foi à transformação em instituto. Como se iria fazer ensino, pesquisa e extensão com esse imbróglio? Uns queriam

ensino, outros extensão e outros pesquisa, isso gerou uma grande confusão. Antes, cada área distribuía suas aulas, era mais fácil agora, com essas novas atribuições, como fiscalizar se o professor está fazendo pesquisa, extensão? Se ele está no instituto ou não?

Conforme esclareceu P1, o principal objetivo da normativa era fazer justiça na distribuição de aulas dentro do IF, pois a transformação da instituição em um Instituto Federal trouxe novas demandas para o corpo docente. Se antes, todos atuavam com ensino em cursos técnicos, a nova configuração da instituição vai exigir além do ensino a pesquisa e a extensão. O professor P5 também destacou essa ampliação das atividades dos professores com a criação dos IFs:

P5: acho que ela veio nesse formato após a constituição dos Institutos Federais, pois antes, quando era escola Agrotécnica, as escolas eram voltadas exclusivamente para o ensino. O professor dava uma certa quantidade de aulas, após a conversão em instituto teve que reestruturar as atividades dos professores. Veio para tirar um pouco o professor da sala de aula e voltá-los para pesquisa e extensão; também veio para se ter claramente instituído quantas aulas o professor teria, qual a carga horária de pesquisa e extensão. Quantificar o quanto cada um vai trabalhar dentro da instituição.

Segundo Oliveira (2007), as políticas educacionais têm alterado a realidade escolar, a relação entre trabalhadores docentes e escola, como aponta a análise de resultados de pesquisa documental realizada sobre a política educacional em países latino-americanos e pesquisa empírica com trabalhadores docentes de escola pública no Brasil. Essas políticas vêm concebendo uma nova organização do trabalho do professor que é baseada em um modelo regulamentado e prescrito. As escolas e os docentes vêm adquirindo flexibilidade e autonomia, mas junto com essa liberdade os afazeres ficam intrínsecos, aumentando os deveres e responsabilidades, intensificando o trabalho dos professores e alargando o corpo de saberes.

Outro destaque na fala de P1, ao trazer o histórico da narrativa, refere-se à flexibilização dos horários. Anteriormente à Normativa, os professores do IFSULDEMINAS – Câmpus Machado precisavam cumprir toda a jornada de trabalho no Câmpus, ou seja, 40 horas semanais.

Como destacado por P1: “A ideia era romper com a necessidade do professor de assinar ponto, ficar na escola o tempo inteiro obrigatoriamente, ser fiscalizado se está ou não na escola”. Outros professores também destacaram o quanto era improdutivo permanecer no Câmpus apenas para cumprir horário.

P2: Estava lembrando dos acontecimentos anteriores a normativa: os professores saíam para almoçar, eu estava sentado na mesa da sala, eles voltavam do almoço, eu estava no mesmo lugar. Aguardava o horário das aulas ou simplesmente cumprindo o horário. Parecia que eu não saía da escola “de castigo”. E esse horário do almoço não contava como carga horária semanal. (...) Tenho que preparar minha aula, meus livros estão em casa, posso sair daqui e ir para casa para prepará-la.

Pode-se dizer que antes da Normativa Docente havia uma prescrição sobre o cumprimento de horário. No entanto, conforme declarou P1, essa prescrição não era objeto de controle da permanência dos docentes no Câmpus, mas se tornou objeto pelos pares e pelos funcionários administrativos.

P1: vocês sabiam que esse controle era feito muito mais pelos colegas do que pelos gestores? Desde que entrei nessa escola eu brigo pela flexibilização dos horários dos docentes. o fato de o professor estar na instituição não quer dizer que ele esteja produzindo. Recebíamos telefonemas comunicando que determinado fulano havia ido embora. Nós não fiscalizávamos isso. Alguns servidores técnicos administrativos falavam: tal professor faz três dias que não comparece à escola, e eu nem sabia disso.

Se, por um lado, a Normativa Docente flexibiliza o horário dos professores, liberando a obrigatoriedade de permanência no Câmpus, por outro, esvazia a perspectiva do trabalho coletivo. Isso foi citado por alguns docentes, como P1: *“Um dos problemas da normativa é falta de contato entre os professores. Às vezes passamos 3,4 dias sem ver o colega. Não bate os horários, cada tem o seu”*.

Tal afastamento dos professores suscitou a necessidade de se pensar em formas de reunir os professores no Câmpus, como destacado por P3: *“Tivemos uma reunião ontem e ficou decidido que os professores se agruparão em salas por área. Isso para facilitar o convívio dos professores. No prédio azul novo da informática a intenção é descer o quanto antes todos os professores para lá. Ter um grupo de professores concentrados por área facilita o trabalho”*.

Para Tardif e Lessard (2011), os professores identificam diferentes fatores que favorecem ou facilitam o trabalho em equipe ou a colaboração e fatores que a dificultam. Os fatores têm natureza e importância diversas.

Um primeiro fator se diz respeito ao tamanho da escola. Os professores, apesar de trabalharem em uma célula denominada classe, ele participa também da vida escolar conjuntamente com outros professores construindo relações entre seus pares. O tamanho da escola pode facilitar ou prejudicar esse fator de interação entre os professores, salas comuns dispersas entre comunidades escolares dificultará essa interação. Em escolas de pequeno porte esses locais comuns são raros e consequentemente o encontro será inevitável, sala dos professores, cantina, biblioteca. Os contatos entre os professores favorecem a uma relação de colaboração profissional e ao desenvolvimento de um espírito de equipe. A colaboração entre professores, às vezes, parece construir-se a partir de uma amizade e os conflitos iniciam-se a partir da resistência à colaboração.

Segundo os mesmos autores, para que haja trabalho em grupo e em colaboração é preciso que sejam instituídas na escola uma filosofia orientada para o trabalho de equipe e projetos coletivos. Esses projetos poderiam ser integrados, instaurando, assim, grandes projetos integrados. Realizar trabalho coletivo na escola parece ser muito difícil, contudo a colaboração entre pequenos grupos nos remete a uma realidade mais plausível. Esse fato também se verifica com os professores no Câmpus Machado, e destacado por eles. Por exemplo, P5 em sua entrevista declarou: *“O que tinha eram dois professores da mesma disciplina dialogando. Agora pouco me sentei com a professora “X” para discutir sobre assuntos relacionados a duas disciplinas similares. A gente conversa, mas sentar e estudar, não”*.

Um estudo de Carpentier-Roy & Pharand (1992, apud TARDIF; LESSARD, 2011, p. 188), aponta que o individualismo não é uma característica pessoal dos professores, mas uma consequência da organização do trabalho que não permite a colaboração. Nessa organização o individualismo é uma estratégia de defesa.

Como a Normativa ainda é recente, os problemas estão começando a interferir nas práticas de trabalho do Câmpus. Até onde ela afetará a coletividade dos professores, ainda não é possível prever.

CONCLUSÕES

Constatamos a intensificação do trabalho dos professores que atuam nos *campi* do IFSULDEMINAS. O IF Câmpus Machado era uma escola agrícola, que atendia a um determinado perfil dos alunos, quase todos provenientes de escola pública e oriundos de famílias com atividade econômicas agrícolas e, ao ser transformada num Instituto Federal de Educação, passa a ter ampliado não apenas o número de cursos técnicos, mas também o superior, pós-graduação e os cursos extras curriculares como o FIC, Pronatec dentre outros. A tríade ensino, pesquisa e extensão passa a exigir um trabalho mais intenso dos professores, sem haver nos gestores uma percepção de que devam acompanhar mais atentamente todas atividades docentes.

Evidentemente que uma instituição de ensino não tem como funcionar sem regimentos ou outros dispositivos que regulamentem o trabalho dos docentes. Assim, a Normativa Docente é vista por alguns como algo positivo, no sentido de

organizar e equalizar as atividades dos professores, mas, por outro, acabou separando grupos que até então tentavam compartilhar atividades.

Apoio – IFSULDEMINAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional e a re-estruturação do trabalho docente. In: **Educação & Sociedade**. Volume 28, n. 99, Maio/Ago.2007, p. 355-375.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011